

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

**SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
ATA MEMÓRIA CODEMA 02-06-2021**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO SECRETARIA
MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL – SEMA CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO
AMBIENTE - COMDEMA

| | |
|-----------------------------------|--|
| ASSUNTO GERAL | Plano de aplicação para estruturação da Coordenadoria de Saneamento Básico e Recuperação Ambiental |
| Data: | 17/05/2021 |
| Horário: | 09h00min - 11h30mi |
| Local: | Reunião Remota Plataforma Google Meet. |
| Coordenadores: | Rafael Ranconi |
| Relatoria: Gabriela Holtz Machado | Gabriele Holtz Machado |
| Objetivo: | Pautas em anexo |
| Participantes: | Reuniao Remota- presença alistada ao final da ata. |

Pautas da Reunião:

1. Leitura do Edital de Convocação;
2. Leitura da ata da reunião do dia 11/05/2021;
3. Plano de Aplicação para aquisição de equipamentos para estruturação da Coordenadoria de Saneamento Básico e Recuperação Ambiental. Atividades iniciais: O secretário executivo Rafael Ranconi dá as boas-vindas, agradecendo a todos os presentes, dando início à reunião às 09h08min, informando o horário inicial da plenária e que seria feita a segunda chamada às 09h15min, conforme edital de convocação. Às 09h15min, Rafael informou aos conselheiros que estaria aguardando a presença de mais um conselheiro e do presidente do conselho, o Sr. Alexandre Miranda Pincer, para poder dar início à pauta da reunião. Com a presença de sete conselheiros e do presidente, a palavra é passada para o Sr. Alexandre, que deseja boas-vindas a todos os presentes e dá início oficialmente a reunião. Em seguida, o secretário executivo iniciou a leitura do edital de convocação. Rafael informa que não conseguiu enviar a ata da reunião anterior, realizada no dia 11/05/2021, mas que a mesma é pequena e dá início a sua leitura. Isabela pede que seja acrescentada na ata sua sugestão quanto à participação de acadêmicos do curso de direito para prestar auxílio aos conselheiros na análise dos processos. Rafael faz a alteração e ao fim da leitura, abre espaço para manifestações dos conselheiros, onde os mesmos aprovaram a ata por unanimidade, sem nenhuma ressalva. Isabela tem a palavra e informa aos conselheiros que entrou em contato com a reitora da Universidade Federal de Rondônia – UNIR para discutir a possibilidade de uma cooperação técnica na disponibilidade de acadêmicos para orientação aos conselheiros, mas que ainda não obteve resposta. Rafael informa que também se informou quanto a isso e que esse processo é realmente burocrático. Ato contínuo, o secretário executivo pergunta se alguém deseja fazer alguma pontuação quanto à pauta da reunião ou se já pode ser realizada a votação do plano. Nesse momento, Isabela tem a palavra e diz que tem uma proposta de plano para aplicação dos recursos provenientes da Flona Jacundá. Rafael questiona se este plano foi compartilhado com a SEMA e Isabela responde que não. Rafael explica que o plano deve ser aprovado pela secretaria e que ele não responde pela mesma, que o plano enviado anteriormente havia sido elaborado pelo corpo técnico da SEMA e enviado para o conselho para aprovação. Isabela diz que não sabia que o plano deveria ser enviado para a secretaria para aprovação. Rafael pontua que essa informação foi dada por ele na primeira reunião. Isabela diz que pode fazer a apresentação do plano e em momento posterior enviará o mesmo à secretaria para aprovação. Ela questiona se a SEMA irá apresentar novo plano e Rafael responde que não, que a secretaria

mantém a proposta original. Elias pede a palavra e pergunta se a proposta original pode ter emenda e Rafael responde que sim, reiterando que a secretaria optou por manter a proposta original, sem emendas. A palavra é passada para Isabela, que dá início a apresentação do plano através do compartilhamento de tela. Ela informa que a proposta de plano foi elaborada por alguns membros da câmara técnica e sugere que caso queira, Rafael apresente novamente o plano da secretaria para lembrar, levando os dois planos para votação em momento posterior. Isabela diz que caso a aprovação seja do plano proposto pela câmara técnica, o plano pode ser enviado para a secretaria fazer a análise e alterações que julgar necessárias e então, agendar uma nova reunião com o conselho para votação final do plano. Rafael informa que não acha eficiente aprovar o plano, levar para análise pela equipe técnica para então realizar outra reunião para nova aprovação. Isabela retoma a apresentação e diz que a ideia da câmara é repartir o valor para atender todas as possibilidades disponíveis na legislação, destinando 40% do valor total do recurso para a secretaria utilizar da forma que achasse mais produtiva, rateando o valor restante em 30% para a Comunidade local da Flona Jacundá e 30% para edital de projetos ambientais. Ela informa que a câmara tentou contato com os líderes da comunidade local, mas sem sucesso. Solicitou que caso a secretaria tivesse o contato dos representantes da comunidade da Flona, que passasse para os conselheiros. Ela reitera que o conselho não estabelecerá os bens a serem adquiridos pela secretaria, ficando a mesma responsável por definir as suas prioridades. Isabela diz que os conselheiros não querem inviabilizar o trabalho da SEMA, mas sim sugerir uma melhor aplicação do recurso, levando parte para a comunidade local e parte para projetos ambientais, o que é permitido por lei. Nesse momento, Elias tem a palavra e afirma que gostou do plano proposto e que dependendo da legalidade, acha interessante que a votação seja realizada ainda nesta reunião. Adonildo se manifesta e informa que talvez ele possa aprovar outro projeto enviado por Isabela, mas que não concorda com o que foi apresentado, pois no projeto é preciso destinar o valor do recurso para algo específico e concreto, que esse plano está muito subjetivo e que não deve ser feito apenas rateando percentuais do recurso. Francisco José pede a palavra e chama a atenção para a fala de Adonildo, pontuando que o processo tem um erro de origem. Ele fala que a decisão do conselho é uma decisão política de como o recurso deve ser usado e a execução deve ser feita pela parte técnica, realizada pela secretaria. Afirma ainda que o projeto está certo de ser elaborado pela secretaria, mas a decisão política é do COMDEMA. Francisco José diz que o COMDEMA deve definir o melhor uso dos recursos e o corpo técnico elaborar os projetos, concordando com o que foi apresentado por Isabela. Isabela tem a palavra e diz que PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – SEMA CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - COMDEMA R. Brasília | nº 2512 | São Cristóvão | CEP 76.801-066 | Telefone: (69) 3229-5111

Página 3 de 6 essa questão é realmente problemática e que seria preciso voltar para debater esse vício de origem, que a câmara técnica achou melhor não entrar na questão do que a secretaria irá adquirir, mas que destinariam um percentual para que a SEMA definisse o que é imprescindível para a aquisição nesse momento. Ela informa que com relação ao percentual, a câmara tentou dividir de uma forma igualitária e que após a aprovação do plano proposto, os projetos devem ser apresentados para uso do recurso. Elias pede a palavra e ressalta que o plano apresentado é para a definição de percentual para uso em cada questão, justificando que o conselho não possui o diagnóstico da comunidade local. José Lourenço afirma que aprova o plano apresentado por Isabela. A palavra é passada para Francisco José que reforça que enxerga a proposta de Isabela como uma decisão política, que o corpo técnico da SEMA deve estipular o uso. Ele afirma que se preocupa com o uso do recurso em uma coordenadoria que não tem uma equipe nomeada, se referindo ao Departamento de Recuperação Ambiental. Ato contínuo, Francisco diz que precisaria desse corpo técnico estabelecido para ver as necessidades da coordenadoria, que de fato não existe, existindo só de direito. Ele afirma que existe o risco de destinar e gastar o recurso e quando a equipe for nomeada, perceberem que faltam equipamentos essenciais e o dinheiro já ter sido utilizado. Rosalva tem a palavra e pontua que

referente à questão dos trâmites, não sabe se tem alguma norma ou regulamentação da secretaria que fale do formato de aplicação dos recursos. Ela afirma que a construção dos planos para a comunidade local deve ser feita com os representantes da comunidade. Rafael pede a palavra e informa aos conselheiros que na cartilha compartilhada com os mesmos, é dito que se recomenda a construção dos planos junto ao conselho, mas não é uma regra. Ele pontua quanto ao compartilhamento do plano apresentado, que segundo as palavras de Isabela, foi construído pela câmara técnica; Rafael ressalta que desde o início informou que o plano não era para ser passado pela câmara e sim pelo pleno e que percebeu que não foi passado para todos. Em seguida, o secretário informa que pelo edital de convocação, os concessionários são obrigados a aplicar recursos na comunidade local. Ele diz que caso exista comunidade ao entorno da Flona, os concessionários têm a obrigação de investir em projetos que pleiteiam a comunidade local e que isso está previsto na legislação. Dando continuidade, Rafael diz que o que fica de responsabilidade do governo municipal e estadual é receber os recursos; que o recurso está sendo enviado desde 2016, mas não foi utilizado, sendo o valor total de R\$ 561.496,06 uma quantia acumulada dos anos seguintes. Ele informa que o recurso não estava sendo utilizado, pois a prefeitura não passou para a secretaria o valor disponível para que fosse elaborado um plano para uso desses valores, reiterando que os recursos estão bloqueados desde o ano de 2017 porque o governo municipal não estava fazendo a aplicação de acordo com a legislação. Rafael faz um adendo quanto às comunidades locais, afirmando que já são atendidas com valores direto pelo concessionário. Ele pontua que a prefeitura também recebe um valor de indicador social e que este valor também está bloqueado. Ato contínuo, Rafael explica que o recurso de R\$ 561.496,06 é para uso exclusivo da prefeitura e que o recurso de R\$ 19.966,38 também está bloqueado, por falta de elaboração do plano para uso do recurso. Rafael informa que o recurso só será repassado novamente se todo o valor remanescente for utilizado, que o uso do recurso será destinado para a coordenadoria, mas a secretaria no geral usufruirá dos equipamentos adquiridos. Ele pontua sobre a atual situação da secretaria, informando que o departamento está sem impressora e que os computadores utilizados são dos próprios servidores. Em seguida, Rafael relembra que após apresentar o plano, foi solicitado pelos conselheiros uma nova reunião para melhor análise e que na reunião para fazer as alterações necessárias, foi novamente marcada outra reunião para apresentação de novo plano, que seria a que estava acontecendo na data de hoje. Ele concorda com a fala de Adonildo, afirmando que o plano não pode ser destinado com percentuais intuitivos. Rafael diz que o recurso pode ser utilizado para um plano construído pela secretaria, analisado pelo pleno e dado o encaminhamento para aprovação por eles. O secretário afirma que não colocaria sua assinatura em algo que caracterizaria desvio de finalidade, como foi falado por conselheiros em outras reuniões, ressaltando que o plano foi construído com base na cartilha elaborada pelo Sistema Florestal Brasileiro, cartilha que foi também compartilhada com o conselho e que não é possível avançar quando o plano não é compartilhado com a secretaria. Rafael ressalta que se os conselheiros se sentem sobrecarregados, podem imaginar como ele se sente estando na organização das reuniões pela forma como estão sendo levadas. Ele diz que em seu tempo de serviço público, nunca escutou certas proposições como foi falado de o plano ser construído com desvio de finalidade, e que isso fere a sua hombridade enquanto servidor público. O secretário solicita que os conselheiros meçam suas palavras quando podem ferir a hombridade de um servidor, pois o mesmo está no conselho trabalhando de forma voluntária e não tem que ouvir coisas desse tipo. Ele afirma que garante que o plano não foi construído com desvio de finalidade ou vício de origem. Rafael finaliza sua fala pedindo que a pauta seja encerrada nesta reunião. Francisco José tem a palavra e salienta seu respeito por Rafael, que não teve a intenção de ofendê-lo quando citou que o processo tinha vício de origem. Ele diz que o conselho não tem culpa se a secretaria não tem recurso para fazer a estrutura funcionar, mas que ele enquanto conselheiro tem que se preocupar com o que ele irá aprovar. Francisco José disse que recebeu uma notificação do Ministério Público – MP, sobre o uso dos recursos e que não recebeu nada quanto a essa notificação por parte da secretaria, que não sabe da resposta da SEMA para o MP e acha isso de uma gravidade enorme, devendo alguém ser

penalizado por isso e que somente pelo fato do MP ter notificado quanto ao uso do recurso, a votação deveria ser pausada. Rafael informa que o MP notificou a secretaria poucos dias depois da última reunião sobre o plano, que a denúncia foi feita de forma anônima e que a resposta foi enviada dois ou três dias depois, contendo na resposta quanto ao uso do recurso, a portaria de publicação do SFB permitindo a concessão, o link do plano de manejo florestal que as empresas devem seguir e o plano de aplicação. Francisco José afirma que tem responsabilidade pelo que vota e que para ele, a fala de Rafael é enrolação, pois caso aconteça algo de errado, os conselheiros também responderão por isso. Ele questiona porque a secretaria recebeu a notificação e não passou para o conselho. Ele diz que deseja ver as coisas fluindo, mas que defende aquilo que ele acha correto. Francisco ressalta que o processo tem vício de origem, pois o mesmo deveria ter começado pelo conselho, devendo o conselho decidir onde o dinheiro será aplicado e a parte técnica fica responsável pela execução. Ele salienta que deseja ver a notificação do MP, assim como a resposta e que não acha que deve votar em algo que está sob investigação. Ato contínuo, Rafael pede que os conselheiros abram o whatsapp e vejam a mensagem enviada pelo presidente do conselho no dia 27/04/2021 sobre a notificação recebida; ele pontua que a resposta é da secretaria e por isso foi enviada diretamente para o MP. Francisco afirma que o conselho deve ser comunicado, pois se der errado, os conselheiros responderão por isso. Isabela pede a fala e afirma que viu o comunicado enviado no dia 27, mas que a resposta não foi compartilhada com os conselheiros e que para ela, deveria ser compartilhada porque é um caminhar em conjunto entre secretaria e COMDEMA. Ela pede desculpas por qualquer situação, informando que não foi nada pessoal em suas falas, mas que estão apenas em posições diferentes, estando Rafael na posição de servidor público e os conselheiros como representantes do povo. Ela destaca que desde que está no CONDEMA, presencia os recursos indo para a secretaria e que a proposta da câmara é uma divisão, pois não acham justo aportar recursos só para estruturação da SEMA, tendo em vista que existem outras demandas. Ela questiona quem fiscaliza o serviço prestado pelas concessionárias nas comunidades locais. Rafael informa que são dois valores e que o indicador social também passa por um plano de uso que está bloqueado por falta de elaboração do mesmo pela prefeitura. Isabela diz que ainda assim, não vê problemas em destinar parte do recurso para a comunidade, pois tem certeza que o indicador social não atende as demandas da comunidade local, assim como para projetos ambientais. Francisco José afirma que o que o empreendedor fizer na comunidade é de ação dele e não de políticas públicas, devendo a prefeitura fazer também a sua parte. Rafael salienta que o valor do indicador social não é definido pela prefeitura, mas pelo SFB no edital de convocação. Francisco José diz que a proposta da câmara já foi feita. Rafael afirma que a reclamação quanto ao valor do indicador social não deve ser questionada com a secretaria, mas com quem elaborou o edital de convocação. Isabela pede a palavra e informa que o que está sendo discutido é uma divisão, que a câmara não quer destinar todo o recurso para a SEMA, mas querem que o recurso seja destinado também para a sociedade. Que para ela, não existem desculpas para não compartilhar o recurso com comunidades carentes da cidade, que caso não seja possível o contato com a comunidade da Flona, que se destine o recurso para outros lugares. Ela afirma que o valor do recurso é muito alto para ser destinado para um único lugar e que como representante do povo, seu posicionamento é que o recurso deve ser dividido por justiça. Rosalva tem a palavra e afirma que pela legislação, a aprovação é feita pelo COMDEMA e para o SFB é enviada somente a ata de aprovação. Ela concorda com a fala de Isabela e pede para que sejam colocados em votação os planos para evitar um desgaste maior. Nesse momento, Rafael reitera o presidente do conselho sobre o plano proposto pelo pleno e explica como funcionaria. O Presidente Alexandro questiona como seria aplicado o recurso e em quais modalidades, afirmando que é preciso que no mínimo seja colocada a modalidade no que será aplicado o valor do recurso. Rafael questiona se alguém tem algo a acrescentar. Sem nenhuma manifestação, é iniciada a votação dos planos por meio do chat, onde os conselheiros deveriam votar ou no Plano Original (Sema) ou Plano Proposto (Plano apresentado por Isabela). José Zacarias coloca como voto “Plano Original SEMA com emendas propostas pelo COMDEMA”, gerando dúvidas para os

demais conselheiros quanto ao seu voto. José Zacarias então pergunta se o plano original está engessado ou se é flexível. Rafael responde a dúvida de José Zacarias informando que a proposta é do plano original, sem emendas. Em seguida, José Zacarias afirma que é complicado votar no plano proposto por Isabela tendo somente o percentual destinado para cada fim. Isabela pede a palavra e afirma que apresentou o percentual, mas que os planos seriam elaborados pela secretaria. José Zacarias diz que sua preocupação é que os projetos elaborados ultrapassem o valor destinado e o recurso fique parado. Em resposta, Isabela pontua que isso não aconteceria, pois os projetos seriam propostos de acordo com o valor destinado, assim como os equipamentos comprados pela SEMA, que teria um valor destinado e a secretaria definiria o que seria preciso comprar. É encerrada a votação, tendo como resultado 7 votos pelo Plano proposto (Elias, Francisco José, Isabela, José Lourenço, José Soares, Rosalva e Thamyres) e 3 votos pelo Plano Original (Adonildo, Filipe e José Zacarias). Rafael informa que a secretaria irá refazer a lista de equipamentos conforme novo valor e solicita que o pleno encaminhe o plano proposto via e-mail para a secretaria. Finalizadas as manifestações e nada mais a se tratar, a reunião foi finalizada às 11h18min. Eu, Gabriele Holtz Machado, autuo e lavro esta ata.

Porto Velho, 17 de Maio de 2021.

Lista de presença: Adonildo Menezes de Lima – AREA Alexandro Miranda Pincer - SEMA Elias Correa Alves – Raiz Nativa Filipe Baraúna – SEMPOG Francisco José do Nascimento – Simpi Isabela E. Cury Coutinho – UNIR José Lourenço – Catanorte José Soares de Souza – CDL José Zacarias – SEMED Rafael Ranconi - SEMA Rosalva Ferreira - Fecomércio Thamyres Mesquita – Kanindé

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:639F5DE4

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia no dia 04/06/2021. Edição 2979
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
<http://www.diariomunicipal.com.br/arom/>